

## CIÊNCIAS E IMPRENSA

Heloisa Maria Bertol Domingues (MAST/MCT)  
Adriana T. A. Martins Keuller (Doutoranda USP)

Pensando o produto científico que se materializa em publicações, ou seja, pensando na circulação dos bens simbólicos para um mercado que produz e reproduz materialmente esses bens, este trabalho analisa as publicações sobre ciências, no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, em dois períodos: de 1870 a 1910 e no imediato pós-segunda guerra, entre 1946 e 1950<sup>1</sup>. Tomou-se dois temas como foco principal desta análise: a Antropologia e as Ciências Naturais sobre a Amazônia. Ou seja, dois temas emblemáticos do Brasil que envolvem o Homem e a Natureza, que são dois valores universais das ciências e recorrentes nas publicações.

A grande imprensa, como um importante veículo de comunicação, é uma opção forte da divulgação científica nos idos do século XIX, e verifica-se que sofreu mudança meio século mais tarde, quando a conjuntura internacional, assim como a demanda social das ciências, havia se alterado completamente, bem como, as publicações científicas tinham maiores opções de meios especializados e institucionais.

De qualquer forma, a imprensa está ligada ao movimento de circulação de idéias e, especialmente, no que tange à divulgação científica cria um formato próprio e concebe sua própria estrutura organizacional. No caso do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro - um jornal estabelecido desde o Império (1827) e que se mantém em meados do XX, como ainda hoje -, as ciências têm os seus espaços específicos como as seções “Gazetilha” e “Sciencias”, no século XIX. Eram publicados relatos de viagens, análises teóricas, ensaios, parte de obras do mundo científico, polêmicas, que marcavam a defesa ou a luta de idéias, reordenando ou projetando atores.

No imediato pós-segunda guerra, um período de reconstrução das relações internacionais e do surgimento da Organização das Nações Unidas, as ciências haviam deixado um saldo negativo, o que produziu outro tipo de discurso no jornal, Já não eram mais as idéias e os textos científicos que eram apresentados ao público.

### **I - As ciências como base social e política (Século XIX)**

No século XIX, homem e natureza eram enfocados pelo jornal e muitas vezes confundidos entre si. Buscando analisar os “textos científicos” divulgados relativos aos temas propostos<sup>2</sup>, buscou-se conhecer quem eram os seus cientistas; o que era identificado como trabalho “antropológico”; quais os procedimentos utilizados para sua realização; e quais eram as obras e autores citados pela imprensa, que lhes serviam de referência teórica. Ao mesmo tempo, numa época que o interior, principalmente o mundo amazônico, era objeto de interesse científico, buscou-se saber como homem e natureza eram transmitidos para o público.

Percebe-se na leitura do jornal que o trabalho antropológico era praticado por naturalistas estrangeiros e, ao mesmo tempo, por brasileiros, destacando-se os integrantes do Museu Nacional do Rio de Janeiro, uma das instituições científicas privilegiadas pela imprensa. Este é o caso de J. B. Lacerda e Ladislau Neto, que divulgavam o conhecimento científico nos cursos públicos realizados pelo Museu e, entre as disciplinas selecionadas para as aulas, já figurava a antropologia física, entendida como uma ramificação das ciências naturais e biológicas.

Assinalando qual o papel dos profissionais do meio científico, J. B. de Lacerda defini-o como detentor de uma postura singular e intervencionista, cabendo à eles lutar pelo progresso científico da nação e de se envolver com os problemas do país<sup>3</sup>. Ladislau Netto e ele, são os nomes que mais se destacaram dentro do Museu Nacional e os que mais aparecem na imprensa, no final do século XIX. Ambos alcançaram a posição mais elevada da hierarquia do Museu, o cargo de direção.

Lacerda define, em seu curso de antropologia no Museu, que a preocupação dos estudos antropológicos era coletar e acumular informações sobre o estudo da história do homem primitivo e sobre a origem do povoamento na América.

Atentando para os procedimentos do trabalho antropológico, Lacerda assinalava a importância da anatomia para as questões antropológicas, aproveitando em todo o conjunto o auxílio fornecido pelos estudos arqueológicos, paleontológicos, lingüísticos e geológicos que forneciam conhecimento para ampla discussão<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo, a classificação antropológica dos ditos povos primitivos era feita através de método comparativo que se utilizava da lingüística, relacionando-a com a questão das raças do velho mundo, tal como ficou demonstrado na série de artigos de autoria do alemão Paul Errenreich, com o título “Os índio do Brasil”<sup>5</sup>.

As publicações também destacavam as diversas expedições exploratórias enviadas ao Amazonas tanto pelo Museu Nacional como as de naturalistas estrangeiros<sup>6</sup>. Estas viagens davam conhecimento dos índios cujas notícias apareciam com mais frequência no Jornal do Comércio dando destaque aos resultados dos trabalhos etnográficos. Assim, as análises de Barbosa Rodrigues relativamente aos índios da Amazônia, especificamente, os das margens do Rio Negro (1884) ou, posteriormente, os trabalhos de Rondon e seu debate com von Ihering, diretor do Museu Paulista, sobre as qualidades ‘mentais’ dos índios brasileiros, foram publicadas pelo jornal.

As muitas viagens exploratórias, ao Xingú, Mato Grosso ou Pará, as expedições de demarcações de limites políticos ou as de estudo climático, como foram as de Luis Cruls, então diretor do Observatório Nacional, resultaram em matérias publicadas. Em 1901, com o título Amazônia, Cruls defender a salubridade da região e apontou-a como propícia à colonização, demonstrando o forte papel social que as ciências naturais exerciam no contexto político nacional daqueles anos.

A "sciencia" produzida pelos cientistas e suas instituições estava inserida no mercado das novas idéias, como o positivismo ou o evolucionismo. Tão forte foi a sua divulgação que a época ficou conhecida como cientificista. Essas idéias eram apresentadas pelo jornal, na virada do século XIX para o XX, até mesmo por meio de obituários, como o de Rudolf Virchow ou o de Lund, ou por meio de traduções de textos, como o da 'Descendência do Homem' de Charles Darwin, e de polêmicas como a de Herbert Spencer sobre o Japão e os japoneses<sup>7</sup>.

## **II – As subordinação das ciências ao projeto político (meados do século XX)**

Em meados do século XX, as ciências tanto para a Amazônia, como para os homens, já não eram explícitas como no momento anterior. A Amazônia, tema candente, surgia, de um lado, como parte do projeto de reconstrução das relações internacionais e, de outro, como objeto econômico do país. As ciências naturais eram parte de tais projetos. Os seus objetivos, em última instância, não se diferenciavam dos anteriores, pois, tanto a colonização como a exploração dos recursos naturais continuavam encabeçando as metas políticas.

Era preocupação a questão da exploração da borracha, que criou os famosos 'soldados da borracha' na Amazônia. Em 4 de novembro de 1947, o Presidente da República, Gaspar Dutra, assinou o Decreto 23.990 aprovando o Regulamento da Comissão Executiva de Defesa da Borracha, que havia sido criada nos termos da Lei n. 86, com o objetivo de "assistir e amparar as indústrias extrativas e manufatureiras da borracha"<sup>8</sup>. Surgia também lamentos em torno da situação econômica das castanhas<sup>9</sup>.

A borracha, no entanto, ocupou largo espaço do noticiário do Jornal do Comércio, principalmente em relação às questões sociais que esse trabalho de exploração extrativista estava causando. Conforme noticiado em 25 de setembro de 1946, a câmara estadual de Manaus reclamava com urgência um plano de assistência social e econômico em benefício dos sofridos 'soldados da borracha'. O Governo do Acre, por outro lado, criou um assentamento de seringueiros, repartindo um lote de 100 mil hectares de terra (15/5/1947). Ou seja, os trabalhos científicos, como o trabalho geográfico deste último caso, eram subjacentes, sem apresentar algum destaque. Constitui exceção a esta observação a notícia da conferência de Felisberto Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte, sobre a importância do clima na formação dos seringais de cultura, apontando o Alto Solimões como a região climatológica mais interessante da Amazônia<sup>10</sup>.

Da mesma forma, foi noticiada a nomeação de comissão de agrônomos para estudar as bases de uma cooperação entre a administração do Acre e o Ministério da Agricultura, para fomento e defesa da produção agro-pecuária daquele Estado, evidenciando o quanto as ciências, neste momento estavam sujeitas aos planos políticos<sup>11</sup>.

Continuavam na ordem do dia, no entanto, as relações com os índios da região amazônica, tal como meio século antes. Um exemplo desse fato foi a notícia da chegada ao acampamento da expedição Roncador-Xingú, dos cientistas do Museu Nacional, Eduardo Galvão e Pedro Estevão de Lima, antropólogos, e de José Cândido de Carvalho, zoólogo. O *Jornal do Comércio* dizia que os estudos que empreenderiam seriam relevantes para a etnografia dos índios do Brasil (24/5/1947). Havia, em relação aos índios a preocupação em evitar ataques aos estabelecimentos ‘colonizadores’ ou aos postos telegráficos, pois várias notícias davam conta de massacres que eles vinham praticando.

Ao mesmo tempo, tal como anteriormente, a cultura dos índios era notícia. Em julho de 1946, o *Jornal do Comércio* anunciava que um veneno de ação rápida, utilizado pelos índios para envenenar flechas e pequenas setas, assopradas de dentro de canos de bambu, estava sendo utilizado na Inglaterra para salvar vidas. O jornal *Daily Express* havia anunciado que o remédio, conhecido como curarina, era um perigoso fluido extraído do curare, planta encontrada nas florestas do Brasil<sup>12</sup>. A mesma seção, *Brasil no Exterior*, noticiava também expedições exploratórias<sup>13</sup>.

Eram frequentes as notícias sobre as atividades da recém criada Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia. Principalmente, em meados de 1946 surgiram várias notícias sobre a longa viagem desta comissão parlamentar à toda a região. Uma das notícias deu conta do subsídio que era buscado nas várias teses existentes sobre a Amazônia e seus problemas<sup>14</sup>.

Pode-se dizer que dentre as notícias científicas sobre a Amazônia o único grande destaque neste período foi para a proposta da Unesco, de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). O *Jornal do Comércio* do dia 27 de novembro de 1947 (p.2) deu notícia da conferência da Unesco em que Carlos Chagas Filho manifestou a satisfação do Brasil pelas decisões tomadas por aquele órgão, relativamente ao início das atividades de exploração científica da Amazônia, 1 milhão e meio de Km<sup>2</sup> que seriam estudados já a partir do ano seguinte. Afinal, dizia ele, o nome hiléia tinha sido dado por Humboldt e a região permanecia ainda um mistério.

Poucos dias antes, no dia 9 de novembro, o mesmo jornal publicara um artigo assinado pelo ex-Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, em que ele comentava a criação do IIHA, como o primeiro da Unesco destinado ao estudo e à solução dos problemas de toda a ordem relacionados à região Amazônica. Criticava, no entanto, o nome escolhido dizendo que deviam trocá-lo para Instituto Pan Amazônico que, “desse lado do Atlântico, só poderá associar-se à radiosa concepção do Pan-Americanismo”. Porque, “se hiléia segue a plácida e repousada intemporalidade da ciência pura, e internacional, por muito usado e gasto já espelha uma certa tibieza burocrática; Pan Amazônico, por si só, com a força quase de um slogan, conclama esforços ativistas, para o realismo árduo de um desbravamento”.

Era uma clara manifestação de adesão à ideologia americana, esteio da guerra fria, demonstrando a dimensão que alcançava o projeto científico no plano das relações políticas.

No projeto da Unesco, no entanto, a Amazônia era menos um objeto político e mais um objeto científico, era um laboratório onde se poderia estudar as condições de vida das zonas equatoriais úmidas, como explicitado no trecho publicado de uma entrevista de Paulo Carneiro, autor do projeto do Instituto. “Os trópicos”, dizia, “constituíam do ponto de vista biológico, preciosas reservas de vida sob os aspectos mais intensos e variados”. E esclarecia os objetivos do instituto: “Todas as forças vivas do continente americano e da cultura ocidental concorerrão de um modo sistemático e permanente para o conhecimento do solo, da flora, da fauna e do homem desta grande área tropical banhada pelo Amazonas e pela vasta rede de seus afluentes”<sup>15</sup>. Todos os passos tomados para a consecução desse plano foram publicados no Jornal do Comércio: as reuniões, os participantes, as iniciativas em prol da sua oficialização; o seu fracasso, porque submetido aos vários embates políticos travados tanto na Unesco, atingida pela tensão do imperialismo e da guerra fria, como no Brasil, onde o forte movimento nacionalista criou vários empecilhos à aprovação do projeto<sup>16</sup>.

### **Conclusão**

Dois momentos temporalmente tão próximos, como a virada do século XIX para o século XX e o período imediatamente subsequente à segunda guerra mundial (segunda metade da década de 40), mostram uma enorme distância na relação ciência e público, evidenciando que em meio século o lugar social das ciências se alterou radicalmente<sup>17</sup>. Enquanto no primeiro momento as questões científicas possuíam autonomia, demonstrando certo domínio sobre a situação política, social e também econômica, no sentido de ser o subsídio mais forte desses campos; no segundo momento, o Jornal do Comércio deixou transparecer que as questões científicas não tinham nenhuma autonomia. Já não havia uma seção “Sciencia”, como anteriormente. As poucas notícias sobre cursos, academias científicas e outras instituições, ou obituários apareciam nas seções Gazetilha, Registro e Diversos, ou naquelas que, como se viu acima, davam conta do noticiário do interior do país e do exterior.

## Bibliografia e Notas

---

<sup>1</sup> BOURDIEU, Pierre (1982) *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva.

<sup>2</sup> A noção de texto científico é vista enquanto um objeto construído segundo regras variáveis no tempo e no espaço. Ver: PESTRE, D. (1995). “ Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens”.In: *Cadernos IG/UNICAMP*. v.6, n.1. p. 37.

<sup>3</sup> Citado por SCHWARCZ, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. SP: Cia. Das Letras. p.40.

<sup>4</sup> *Jornal do Comércio*, 26 de maio de 1878. p. 1

<sup>5</sup> *Jornal do Comércio*, 24 e 26 de junho de 1891. p. 2

<sup>6</sup> *Jornal do Comércio*, 11 de novembro de 1877. p. 4 e 14 de janeiro de 1884, p. 1, respectivamente.

<sup>7</sup> *Jornal do Comércio*, 20 de março de 1893, p.1;7 de fevereiro de 1895. p. 1; 9 de abril de 1902, p.1;15 de fevereiro de 1904. p. 2, respectivamente.

<sup>8</sup> O Presidente Dutra havia aprovado, tempos antes, a exposição de motivos do Ministro do Trabalho que considerava o movimento de trabalhadores para a Amazônia, com o fim de explorar a borracha, um sucesso, pois ele significava uma notável fixação populacional na região. O decreto reiterava os objetivos do movimento iniciado em 1940, a fim de: intensificar a produção da borracha, como esforço do Brasil junto às nações aliadas na guerra; colonizar e intensificar o povoamento da Amazônia; localizar o excedente populacional do nordeste, atingido pelo flagelo de estiagem prolongada; (*Jornal do Comércio*, 15/09/1946)

<sup>9</sup> *Jornal do Comércio*, 5/11/1947

<sup>10</sup> *Jornal do Comércio*, 16/5/1947 – Seção Interior.

<sup>11</sup> *Jornal do Comércio*,17/6/1947, p. 2 – Seção Interior.

<sup>12</sup> *Jornal do Comércio*, 24/7/1946, p. 2 – Seção O Brasil no Exterior.

<sup>13</sup> *Jornal do Comércio*, 30/10/1946.

<sup>14</sup> *Jornal do Comércio*, 13/6/1947, Seção Interior.

<sup>15</sup> *Jornal do Comércio*, 8/5/1947.

<sup>16</sup> PETITJEAN, Patrick e DOMINGUES, Heloisa M. Bertol, A redescoberta da Amazônia num projeto da Unesco: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *Revista Estudos Históricos – Descobrimientos*, v.14, n. 26(2000)265-292.

<sup>17</sup> BENSUADE-VINCENT, Bernadette, *The increasing gap between science and the public*. MAST, Palestra, 24/04/2003. A autora observa a mesma diferença na relação ciência e público, entre a segunda metade do século XIX e a segunda metade do século XX. No primeiro momento havia um enorme movimento no sentido de integrar a produção científica ao cotidiano das sociedades, ao contrário, no segundo momento quando os órgãos formadores da opinião pública adotam uma postura bem mais crítica em relação às ciências.